



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" São Cristóvão/SE/Brasil 20 a 22 de Setembro de 2018 ISSN: 1982-3657



Recebido em:  
05/08/2017  
Aprovado em:  
06/08/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO SERGIPANO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

WAGNER DA CRUZ SILVA

EIXO: 18. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEMÓRIA E NARRATIVAS

### RESUMO

Refletir sobre as práticas sociais, em um contexto globalizado, marcado entre outros fatores pela degradação do meio ambiente é tarefa necessária e imprescindível na articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. Neste sentido, o referido texto discorre questões pertinentes ao meio ambiente, e mais especificamente sobre a educação ambiental, formação de professores e o seu desenvolvimento numa escola no semiárido sergipano. Traz reflexões sobre políticas públicas a respeito da implementação da Educação Ambiental na rede pública de ensino em consonância com o que traz os Parâmetros Curriculares Nacionais, fazendo um contraponto de como a Educação Ambiental pode ser desenvolvida a partir de experiências desenvolvidas numa escola do sertão sergipano .

**Palavras-chave:** Escola, Meio Ambiente, Formação de Professores.

### ABSTRACT

Reflecting on social practices in a globalized context, marked among other factors by the degradation of the environment is a necessary and indispensable task in articulation with the production of meanings about environmental education. In this sense, this text discusses questions pertinent to the environment, and more specifically about environmental education, teacher training and its development in a school in the semi-arid region of Sergipe. It brings reflections on public policies regarding the implementation of Environmental Education in the public school system in line with what the National Curricular Parameters brings, making a counterpoint of how Environmental Education can be developed from experiences developed in a Sergipe sertão school.

**Key words:** School, Environment, Teacher Training

### 1) Introdução

O mundo "pós-moderno" faz suscitar um processo extremamente acelerado e competitivo em que a sociedade, com a contribuição da mídia, leva-nos a consumir cada vez mais, sem padrões de comportamento. Todos os dias são colocados novos produtos no mercado, criando novas necessidades de consumo. E, quanto mais se fabrica mais se consome, mais recursos naturais e energéticos são utilizados, e o volume do lixo enviado aos aterros cresce bastante. Na educação, torna-se necessária, e é viável, uma reestruturação progressiva das culturas que ao longo da história investiram em processos que implicaram o empobrecimento dos recursos e das fontes básicas da vida.

Nesse sentido, a Educação Ambiental é apresentada como um instrumento de minimização e/ou de solução dos problemas ocasionados pelo lixo e pelos compostos químicos lançados ao meio ambiente, os quais estão ocasionando uma forte e rápida degradação deste e para que isso possa ocorrer, torna-se imprescindível a discussão sobre que “tipo” de professor está sendo formado e quais as concepções ele deve ter para tratar do tema em questão.

Sabemos que os PCNs se prestam a orientar o planejamento escolar e as ações de reorganização do currículo, destinado a formar professores e alunos em cidadãos dos novos tempos. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais induzem que,

a educação ambiental é algo essencialmente oposto ao adestramento ou à simples transmissão de conhecimentos científicos, constituindo-se num espaço de troca desses conhecimentos, de experiências, de sentimentos e energia. É preciso então lidar com algo que nem sempre é fácil, na escola: o prazer. Entre outras coisas, o envolvimento e as relações de poder entre os atores do processo educativo são modificados (BRASIL MEC-SEF, 1998:182)

Sabemos que a Educação Ambiental deve ser um processo contínuo, pois trabalha, principalmente, em relação à mudança de hábitos e comportamento do indivíduo.

Diante do exposto, este texto elucida o processo de concepção de Educação Ambiental dentro de uma perspectiva mundial e trazendo para a realidade brasileira, mostra a sua importância na formação de novos professores e, por conseguinte cidadãos capazes de modificar seu espaço geográfico e produzir uma relação harmoniosa com a natureza. Faz uma análise das políticas públicas que são instituídas no que tange ao desenvolvimento e implementação da EA no semiárido sergipano e traz ainda como os PCNs apresentam à temática EA e como esta vem sendo aplicada, e dessa forma identificar quais são os aspectos positivos e negativos, possibilitando assim a formação de professores e novos indivíduos para a construção de uma escola compromissada com uma educação de qualidade, via educação ambiental.

## **2) O Processo de Construção da Educação Ambiental**

Diante do exposto anteriormente, busco a princípio aqui demonstrar o processo de construção da EA. Dessa forma, constatamos que a mesma surge como uma alternativa de manter o equilíbrio natural. Todavia, ganhou novas dimensões como contraponto à crise ecológica estabelecida ao final da Segunda Guerra Mundial, quando os países do chamado “mundo desenvolvido” iniciaram uma intensa expansão econômica, formando o padrão desindustrialização e consumo. Posteriormente, a Educação Ambiental estabeleceria suas diretrizes em um período defendido por alguns teóricos como “pós-modernidade”, dentro da perspectiva de uma visão holística, integrada, interdisciplinar e inclusiva como alternativa eficaz para a contenção dos danos planetários. Então, em concordância com REIGOTA (1997, p 24), “A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

Dentre os inúmeros eventos e encontros que caracterizam a Educação Ambiental são citados como principais a Conferência de Estocolmo em 1972, que apresentou como finalidade da educação ambiental: “formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros”. Já a formulação de princípios básicos para um Programa Mundial de Educação ambiental foi realizada em 1975, em Belgrado por meio da Carta de Belgrado, que preconizou uma nova ética planetária para diminuir a pobreza, o analfabetismo, a fome, a poluição, a exploração e a dominação humana.

Na Conferência de Tbilisi, em 1977, definiram-se objetivos, funções, estratégias, características, princípios e recomendações para a EA, que deve ser desenvolvida na educação formal e informal, sobre bases interdisciplinares e voltada para os problemas ambientais do cotidiano. A educação ambiental foi definida como uma dimensão dada

ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Os PCNS ressaltam:

Na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (na CEI, Geórgia), definiram-se os objetivos da Educação Ambiental e o ensino formal foi indicado como um dos eixos fundamentais para conseguir atingi-los. Nessa conferência definiu-se a Educação Ambiental como “uma dimensão dada ao conteúdo” e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (BRASIL MEC-SEF, 1998:229).

A educação ambiental apresenta um tempo-espaço que evidencia, sob a marca da contradição, a imperiosidade do diálogo do homem com a natureza em toda a sua extensão e em toda a sua dinâmica. Nesse sentido, o universo de sujeitos mencionado não é aquele que numa concepção ingênua poderia ser assumido como um real indiviso, mas como algo que guarda em si a possibilidade ontológica da diversidade. Aliás, é o que funda epistemológica e politicamente tanto as pesquisas quanto as militâncias institucionalizadas (a exemplo das ONGs) em torno da inteireza da natureza em qualquer espaço no atual tempo histórico.

Numa análise mais profunda, pode-se perceber que a educação por si só, no sentido do termo, carrega em si a questão ambiental, os valores e as atitudes das quais se necessita para a preservação da vida; assim, a educação ambiental é um braço da educação que emerge no atual momento histórico e sua tendência pode ser desaparecer.

Pela leitura dessas diferentes visões de educação ambiental, pode-se perceber que, acima de tudo, a educação ambiental é um processo contínuo de reflexão e ação do ser humano no ambiente, com o ambiente e para o ambiente, promovido pela prática educativa, coletiva ou individualmente construída. A educação ambiental é um ramo da educação que marca a história e redefine os rumos da humanidade e do planeta, resgatando valores de cidadania para o respeito dos seres humanos com seus semelhantes e com os diferentes seres da biodiversidade terrestre.

## **2.1) Legislação e Educação Ambiental**

Ao analisarmos a política de EA existente no Brasil podemos perceber que este tema não foi prioridade para os órgãos públicos e governantes que por aqui passaram. Porém, com o aprofundamento e intensificação do meio de produção vigente que desde a década de 60, vem ocorrendo queda na qualidade de vida do homem, sendo a degradação ambiental grande responsável por esse fato. Sabemos como já foi afirmado neste trabalho, que como os governantes não tomavam atitudes em relação a esse problema, a sociedade civil encaminhou-se à procura de soluções. Foi então que em março de 1965 na Conferência de Keele, na Grã-Bretanha, educadores concluíram que a educação ambiental deveria ser trabalhada na escola, estando presente na vida dos cidadãos.

Todavia no Brasil, nenhuma medida oficial sobre Educação Ambiental havia sido tomada até então. Apesar do descaso para com os problemas ambientais do país, na década de 70, algumas propostas foram elaboradas para a implementação da Educação Ambiental nos currículos escolares da rede de ensino brasileira.

Somente no ano de 1981, foi publicada a Lei 6.938, que estava voltada para a política nacional do meio ambiente. Foi à primeira conquista de grupos ambientalistas, porém a educação ambiental continuou restrita a questões ligadas à natureza (extinção de animais, poluição dos rios, devastação da natureza, etc.). Não se pode negar que esses temas são importantes, mas é preciso que se discutam, também, as questões sociais, econômicas e políticas do país.

Como podemos observar havia uma falta de interesse para a implementação de uma política de EA efetiva, é quando, a partir do ano de 1998 foi apresentado às escolas públicas brasileiras os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCNs) do Governo Federal (Ministério da Educação), enfocando como um dos Temas Transversais propostos - Meio Ambiente.

Os parâmetros encontram-se de forma aberta e flexível; por isso, podem ser adaptados à realidade de cada região, sendo um instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas, elaboração de projetos, nos planejamentos das aulas, na

reflexão da prática educativa e análise de material didático. Entretanto, podemos verificar que existe uma preocupação por parte dos educadores em desenvolver um projeto pedagógico, ou seja, matérias que devem ser trabalhadas durante o ano letivo e muitos deles não conseguem inter-relacionar a Educação Ambiental aos conteúdos curriculares e isto ocorre porque o conceito de Educação Ambiental não está bem definido entre os educadores, orientadores e/ou coordenadores das instituições

escolares.

Sendo assim, é notório, que quando se trata da questão da educação ambiental, está se falando no processo de resgate da ética, da cultura, e da política. Se a educação quer cumprir o seu papel como fomento crítico, formador/despertador da consciência, politizador, terá de reinserir em sua história em sua cidade, em seu meio, o educador como sujeito capaz de interagir com um ambiente, já que este está diretamente interligado à vida do educando. Trata-se de uma inserção socioambiental que dá sentido maior à vida humana, porque age para construir uma sociedade melhor, justa e com qualidade de vida (FREIRE, 1992).

## **2.2) Escola x Meio Ambiente x Formação de Professores**

Os problemas ambientais gerados através de anos por pouca informação, falta de conhecimento e até mesmo de total ignorância do homem às necessidades e cuidados na relação homem/meio ambiente. Tornou necessária, a implementação imediata de ações educacionais que possibilitassem ao ser humano habitar a terra de maneira sustentável.

Nesse contexto é necessário considerar a Educação Ambiental como ferramenta para tornar possível essa sustentabilidade, porém isso necessita de um processo contínuo de aprendizagem, baseado em ações que contribuíssem para a formação de um ser social “ecologicamente correto” no que tange o respeito dos seres vivos e da preservação do meio que vivemos. Contudo, para que isso se torne possível é necessário uma ação educacional direcionada com o intuito de se fazer a integração do educando com o meio e por consequência o tornado um ser capaz de respeitá-lo.

Dessa forma a EA deve ser trabalhada no contexto escolar não apenas como tema transversal, mas indo além, pois com a interdisciplinaridade é possível torná-la ferramenta importante para a compreensão dos educandos dos problemas ambientais causados no mundo moderno e ainda ajudando a combatê-los.

Analisando os PCNS (2000, p.19) podemos constatar que o que levou a inserir o meio ambiente como tema transversal foi justamente a sua contribuição para “evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da corresponsabilidade e da equidade”.

Assim, é possível a escola pode açambarcar tais vínculos através de ações e propostas pedagógicas numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, contra a fragmentação do conhecimento e criando possibilidades para o desenvolvimento da Educação Ambiental como um todo e também, contornando dificuldades que se encontram na aplicação das propostas estabelecidas em projetos pedagógicos nos diferentes contextos escolares como orientador de uma prática que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais reflita que “mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos”.

Assim, é torna-se muito importante o desenvolvimento de um projeto de Educação Ambiental no currículo escolar de maneira interdisciplinar em todas as práticas cotidianas da escola, com o intuito de se formar um cidadão ambientalmente culto e consciente de seus deveres para a preservação do meio ambiente. Só assim, com a modificação de atitudes, valores, agregando conhecimento e principalmente, a inserção de educadores e educandos nesse processo de transformação da degradação do meio em que vivemos.

Sendo assim, a partir desta concepção de necessidade de adquirir conhecimento e consciência no que diz respeito ao meio ambiente a sua volta, é que o educador ambiental se destaca como mediador e coordenador na implantação de ações pedagógicas voltadas para Educação Ambiental viabilizando a formação de responsabilidade individual e coletiva na escola, contribuindo e até mesmo promovendo a transformação e construção da sociedade consciente e responsável pelo meio em que vive.

Uma das formas de levar este tipo de conscientização à comunidade é pela ação direta da escola, mais precisamente, pela ação do educador ambiental em sala de aula, com atividades nas qual o educando participe, ativamente, através de atividades como leitura de textos e livros atuais, debates, pesquisas, experiências e outras mais, que desenvolvam nos educandos reflexões críticas, que possam compreender os problemas que afetam a comunidade onde vivem a refletir e criticar as ações que desrespeitam e, muitas vezes, destroem um patrimônio que é de todos.

A própria Constituição Federal de 1988 e a Lei de Educação Ambiental (Lei nº. 9795) incorporam esta evolução conceitual, como se vê no art. 1º da Lei 9795:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Diante da perspectiva de uma escola preparada para tratar das questões ambientais e voltada para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e, plenamente, conscientes de seus direitos e deveres é que se encontra o ambiente ideal para o desenvolvimento e formação de valores, indo além dos conteúdos aplicados em sala de aula, fornecendo mais que informações e conceitos (por vezes errôneos trazidos em certos materiais didáticos), contudo, valorizando comportamentos, experiências, habilidades que possam favorecer o trabalho que o tema propõe dentro do currículo e nas práticas cotidianas de todos.

Outro fator determinante na inserção da Educação Ambiental na escola de maneira interdisciplinar e efetiva é, sem dúvida, a formação adequada e o aperfeiçoamento do profissional docente, sobretudo, a esse respeito, os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p.30) ressaltam que:

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho

O educador ambiental na escola necessita, assim como o educando, apreciar e valorizar o trabalho que está propondo-se realizar, buscando formação mais especializada, informações atuais, publicações acerca do assunto, sentindo-se parte integrante do processo, contribuindo para a diminuição dos inúmeros problemas que a ignorância sobre “as consequências dos nossos atos de hoje podem causar ao planeta em um futuro bem próximo”.

As propostas metodológicas sugeridas para a efetivação e inserção da Educação Ambiental no currículo e nas

práticas escolares devem considerar as dimensões cognitiva, de valoração e de habilidades que, em conjunto, possam contribuir para a diferenciação da qualidade do ensino-aprendizagem, e para que possamos de certa forma, garantir um futuro melhor, mais civilizado e muito mais consciente dos males causados à natureza ao longo de todos esses séculos.

### **3) Desenvolvendo a Prática em Educação Ambiental no Semiárido Sergipano**

Para melhor compreender e conhecer o espaço da prática desenvolvida, faz-se necessária uma breve descrição da instituição onde foi desenvolvida a amostra/projeto, culminando com as práticas e análise discorrida.

O Centro de Excelência Manoel Messias Feitosa (CEMMF), localizado em Nossa Senhora da Glória-SE, no sertão sergipano, conta com cerca de 50 professores, todos graduados, com licenciatura em suas respectivas áreas. Atende a 1.134 alunos, que estudam em regime integral no Projeto do Centro de Excelência do Governo do Estado onde se desenvolve o Ensino Médio. Atualmente recebe alunos dos municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Feira Nova, Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, com a proposta de ministrar aulas teóricas e práticas que possibilitem uma melhor aprendizagem.

O currículo escolar imposto pelo MEC, e especificamente do CEMMF, aborda vários conteúdos que tratam sobre meio ambiente, sendo importantes para o desenvolvimento social, cultural e intelectual dos alunos. Entretanto, esses conteúdos são abordados de forma fragmentada, que não fazem relação com a realidade dos alunos e de maneira pouco atrativa, não havendo uma sensibilização com relação às questões ambientais, dando ênfase às questões apenas conceituais e não práticas, levando os alunos a terem como preocupação principal apenas a nota e aprovação.

Os trabalhos sobre meio ambiente no CEMMF foram por muito tempo realizados apenas por professores que lecionam as disciplinas de Geografia e Ciências que, levando em consideração as novas abordagens de educação e interdisciplinaridade, não atendem as reais necessidades de formação integral e cidadania dos educandos, pois hoje sabemos que os docentes das demais disciplinas também devem envolver-se na tarefa de formar alunos conscientes das questões ambientais.

O âmbito escolar é bastante propício para o trabalho da Educação Ambiental, principalmente nas turmas do Ensino Médio, pois nesse segmento do ensino os alunos

estão em processo de mudança e formação de seu caráter e senso crítico de transformação, e nós como professores poderemos estar introduzindo a questão ambiental, sensibilizando-os e motivando-os à conservação do meio ambiente e com isso formando cidadãos mais conscientes, inclusive com uma vida mais saudável.

É notório que a Educação Ambiental é pouco desenvolvida nas escolas, estando muitas vezes ausente na prática de seus professores. Por outro lado, embora sejam propostas algumas atividades relacionadas à preservação do ambiente, tais como a preservação do lixo, o plantio de árvores, a economia de energia e de água, essas atividades estão isoladas dentro dos currículos das escolas, deixando de fazer parte de um programa mais amplo e integrado, não só com os demais conteúdos das ciências como também com as demais disciplinas curriculares.

É preciso que a escola esteja empenhada no trabalho de educar para o meio ambiente. A proposta de atividades e discussões não deve estar centrada apenas nos professores, como se estes fossem os grandes conhecedores do assunto. A escola é formada por professores, alunos e pela comunidade; e assim, todos esses agentes devem estar envolvidos na Educação Ambiental. A implementação de atividades, projetos e conteúdos deve ser realizada de forma democrática e agradável a todos.

Nesse sentido, e também como não existe aprendizado sem mudança de comportamento (REIGOTA 1997), é que os corpos docente e discente do Colégio Estadual Manoel Messias Feitosa realizaram em outubro de 2009 a “Primeira Mostra Cultural e Recreativa sobre o Meio Ambiente”, atividade que a partir desse ano entrou para o calendário anual da escola e que buscou proporcionar aos alunos situações de ensino-aprendizagem visando alternativas para que eles sejam capazes de captar melhor a situação do mundo contemporâneo, entendendo as causas e consequências

do processo de degradação do meio ambiente, propiciando ações que minimizem as agressões à natureza e principalmente possibilite mudança de comportamento frente à relação homem x natureza.

O incentivo ao desenvolvimento de capacidade e competências do educando fora da sala de aula possibilita sua atuação de maneira mais livre em que aspectos como liderança, agilidade, criatividade e resolução de problemas produzem uma miscelânea extremamente produtiva em que as qualidades individuais fortalecem o espírito de equipe. Ressalta-se também a atuação de alunos que não se sentem estimulados na sala com grandes contribuições, participando ativamente das atividades propostas.

Dentro dessa perspectiva, ressalta-se como foram desenvolvidas na escola supracitada as metodologias/atividades elaboradas.

Todas as turmas que formam o centro de excelência do CEMMF foram divididas em equipes de duas turmas cada. A essas equipes foram distribuídas tarefas com a temática central Meio Ambiente: degradação e conservação. A coordenação dessas equipes ficará a cargo dos professores do colégio, ficando estes incumbidos de orientar e relacionar a temática central aos conteúdos abordados e trabalhados em sua disciplina específica.

Por exemplo, no dia 19/10/2016, no turno da manhã foi montada uma mostra com temas diversificados com a temática central meio ambiente. Esta atividade teve como objetivo que os alunos e professores envolvidos escolhessem temas referentes à degradação do meio ambiente, sendo feita a exposição dos trabalhos à comunidade, ocasião em que se procurou alertá-la para os problemas que afligem o planeta, propondo também soluções para resolvê-los. Dentre os trabalhos expostos na forma de stands, destacamos os seguintes temas: Transposição do Rio São Francisco e suas causas e consequências; Implantação da Usina Nuclear no município de Canindé-SE e suas consequências; Devastação do bioma Caatinga; Reciclagem como forma de uso sustentável dos recursos.

No caso do lixo, por exemplo, a prática da reutilização do lixo seco, como produto reciclado, em atividades educativas não é somente para fazer economia. Ao usar o lixo, devemos ter em mente: o valor do trabalho com as mãos, a consciência de fazer para aprender; o estudo de nossa realidade; a criatividade, a criticidade e a reflexão sobre o material que está sendo trabalhado. Usar o lixo seco como atividade educativa deve ser uma maneira de transformar aquilo que nos incomoda em algo que contribua para transformar nossa realidade.

No turno vespertino deu-se sequência ao evento com o cumprimento das demais tarefas, todas com o tema Degradação do meio ambiente, em que se pôde destacar aqueles que ficaram a critério de cada turma: uma apresentação lúdica ou teatral abordando uma forma de impacto ambiental que ocorre na atualidade, atividade que tentou sensibilizar a comunidade presente no local para a degradação do meio ambiente; Cultivo de uma área verde “Campanha Adote Uma Árvore”, que visa incentivar a proteção às árvores, tanto públicas quanto particulares, conscientizando sobre sua importância para a manutenção da vida com qualidade sobre o planeta, visando também à arborização urbana, pois as campanhas de arborização não costumam

levar em conta a importância da manutenção das árvores plantadas, o que pretende ser corrigido pela Campanha Adote Uma Árvore, que atribui um padrinho para cada árvore doada, o qual terá a responsabilidade de plantar, cuidar e substituir por outra em caso de acidente ou morte. Nessa ocasião cada aluno ou pessoa interessada preencheu um termo de responsabilidade (elaborado por cada equipe), solicitando uma muda de árvore, dizendo onde pretende plantar, assumindo o compromisso de cuidar das 2000 mudas de árvores nativas do bioma caatinga, plantadas em locais degradados escolhidos pelos alunos; Divulgação da gincana através da mídia escrita e falada, e corpo a corpo em campanhas com vistas a alertar a população para a importância da sua presença no evento (gerou uma verdadeira mobilização do sertão sergipano, visto que o CEMMF é formado por alunos de seis municípios sertanejos) e também um desfile de moda feito com roupas de material reciclado, confeccionado pelos alunos, objetivando divulgar a Arte e a sustentabilidade do uso dos recursos.

#### **4 ) Considerações Finais**

Todos os organismos, plantas ou animais, precisam de energia ou matéria do meio ambiente para sobreviver, e devido a isso a vida de cada uma afeta os demais. Desta forma, preservar o meio ambiente é algo imprescindível.

Muito se discute hoje sobre ecologia ou preservação do ambiente, em várias esferas sociais, especialmente nas escolas, percebe-se então que a questão ambiental é um fato social e político, trabalhar esse tema nas escolas e formar professores capazes de fazê-lo com propriedade constitui-se uma questão de preservação da vida. Falar em uma consciência ambiental implica na busca e na consolidação de novos valores na forma de ver e viver no mundo, a partir da complexidade ambiental, que possibilita a construção de novos padrões cognitivos na relação homem/natureza, ou seja, na produção de processos cognitivos que reconheçam a interdependência e o inacabamento de qualquer ação, de (des) construir e (re) construir o pensamento a partir da ciência, da cultura e da tecnologia, a fim de mover o processo criativo humano para gerir novas possibilidades diante dos fenômenos da vida e da sobrevivência a partir da sinergia existente no tecido social, ambiental e tecnológico. (LEFF, 2001)

A escola dessa forma, deverá ampliar os conhecimentos dos discentes, trabalhando a consciência crítica como meio de transformação social, pois alunos conscientes são cidadãos que se relacionarão com a natureza de forma harmoniosa.

Preservar o meio ambiente significa preservar a vida, uma vida saudável, digna e produtiva, uma preocupação que deve passar pela educação em todas as faixas etárias.

A Educação Ambiental aparece como um instrumento capaz de reeducar o cidadão por conter em seus princípios elementos que possibilitam a reflexão das relações socioeconômicas da sociedade, apontando para novas formas de convivência social. Contudo, raras são as preocupações a respeito das bases conceituais e epistemológicas sobre as quais ela deverá desenvolver-se. Educação Ambiental não deixa de ser educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara o cidadão para exigir justiça social, cidadania (nacional e planetária), autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Ela tende a questionar o próprio conceito de educação vigente, exigindo criatividade, inovação e crítica.

Trabalhar com Educação Ambiental nas escolas é acima de tudo criar um ambiente de ensino onde professores, alunos e também a comunidade, possam aprofundar seus conhecimentos sobre o meio ambiente, conscientizando-se de que a preservação do meio é de extrema importância e que se não cuidarmos dele hoje, seremos fortemente atingidos, além de colocarmos em risco as futuras gerações.

## 5) Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. acessado em 18/5/2009.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acessado em

17 de maio de 2009.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 2ª ed., São

Paulo: Gaia, 1993.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da Esperança***. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez. 2000.

REIGOTA, Marcos. ***O que é educação ambiental***. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos).

REIGOTA, Marcos; POSSAS, Raquel; RIBEIRO, Adalberto (orgs.). ***Trajetórias e narrativas através da Educação ambiental***. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Licenciado em Geografia e Mestre em Educação PPGED-UFS. Professor da Rede Pública Estadual de Sergipe – [cws22@msn.com](mailto:cws22@msn.com)